

Sobre fatos e ideias em psicanálise^{1, 2}

Charles Hanly³, Toronto

RESUMO: Baseado em estudos da filosofia, da física e, sobretudo da psicanálise, o autor traz sua contribuição original para uma fundamental discussão sobre a epistemologia em psicanálise, pontuando ideias sobre o idealismo crítico e o realismo crítico, a objetividade da observação de fatos clínicos versus a subjetividade da presença do analista no campo observacional, o espaço intersubjetivo formado pelos movimentos transferencial e contratransferencial.

PALABRAS-CHAVE: epistemologia, idealismo crítico, realismo crítico, psicanálise.

Uma visão geral das perspectivas em psicanálise revela uma controvérsia entre aqueles que recomendam o idealismo crítico e aqueles que recomendam o realismo crítico como epistemologia para a psicanálise. Qualquer uma das epistemologias oferece um relato consistente e abrangente, porém diferente, das principais questões do conhecimento psicanalítico e sua revelação, formulação, demonstração e publicação. Como essas epistemologias não são menos controversas na filosofia do que na psicanálise, os psicanalistas não podem confiar na filosofia para a resolução deste problema. Um esboço de uma visão dos papéis desempenhados

1. Traduzido para o português por Rodrigo Gama Goulart.

2. Trabalho apresentado na ocasião da 75ª Conferência de Aniversário do *International Journal of Psychoanalysis*, ocorrido em 1995.

3. Psicanalista, membro do Toronto Institute of Psychoanalysis, didata e supervisor do Canadian Psychoanalytic Institute, ex-presidente da *International Psychoanalytical Association - IPA* (2009 – 2013) e professor emérito da *University of Toronto*.

pela subjetividade e pela objetividade na formação do conhecimento psicanalítico é elaborado por meio de uma análise da exploração de Proust da aquisição do conhecimento de outras pessoas, uma exploração que ilumina os papéis da ideia e da observação do conhecimento de si e dos outros.

Uma importante controvérsia vem se desenvolvendo na psicanálise. Embora essa controvérsia seja essencialmente psicanalítica, ela tem premissas filosóficas, pois trata da questão de uma epistemologia para a psicanálise. Proponho esclarecer essa controvérsia e algumas de suas implicações, tanto filosóficas quanto psicanalíticas, construindo um panorama analítico da importante série de conferências em cada uma das três regiões da IPA² patrocinadas pelo *International Journal of Psychoanalysis* para celebrar seu septuagésimo quinto aniversário. O tema unificador de minha análise e comentário é o uso de ideias na observação.

Pode-se pensar que uma investigação sobre a natureza do fato em psicanálise é uma fuga das controvérsias sobre alguns dos fatos básicos da psicanálise que têm perseguido a ela própria. O complexo de Édipo é um desenvolvimento inevitável das pulsões, cuja resolução estabiliza os fundamentos da estrutura psíquica madura, ou é o resultado evitável de falhas empáticas dos pais? A agressão humana é primariamente masoquista ou primariamente sádica? A agressão humana é regida pelo instinto de morte e provoca espontaneamente a posição esquizoparanóide em bebês quando do contato com o seio? Não é preciso dizer que as respostas a essas perguntas têm consequências de longo alcance para a teoria e a técnica psicanalíticas. Os psicanalistas, cansados dessas disputas crônicas sobre os fatos de primeira ordem da psicanálise, recuaram para questões de segunda ordem sobre a natureza do fato e a relação da teoria com o fato em psicanálise? Talvez, mas também é possível que uma investigação sobre essas questões epistemológicas possa facilitar uma investigação nova e mais decisiva sobre os fatos de primeira ordem. Pode ser útil se desvencilhar da controvérsia e voltar a uma posição a partir da qual se possa examinar as relações fundamentais entre teoria e observação que devem existir em qualquer

2. N.T.: *International Psychoanalytical Association*, fundada por Sigmund Freud em 1910.

escola de pensamento em psicanálise. Será minha tese que, infelizmente, as perspectivas filosóficas de segunda ordem sobre o conhecimento psicanalítico não são menos controversas do que os fatos de primeira ordem da psicanálise. Parece não haver alívio da controvérsia também nessa direção.

No entanto, empreender tal investigação exige certa dose de coragem, porque a investigação está localizada no encontro da psicanálise com a filosofia e, portanto, corre o risco de um voo para a abstração. Mas os colaboradores dessas conferências aceitaram o desafio e evitaram amplamente esse risco ao fundamentar suas explorações da natureza do conhecimento psicanalítico na psicanálise clínica, ou seja, na práxis psicanalítica. E é sempre possível que a própria psicanálise tenha algo a contribuir para a resolução dessa controvérsia epistemológica, assim como contribuiu para o debate livre-arbítrio-determinismo e várias outras controvérsias na filosofia (Hanly, 1992).

No entanto, seria também um erro adotar uma visão ingênua da auto evidência da experiência. O conceito de “experiência próxima”, que se tornou moda na psicanálise, é filosoficamente e psicanaliticamente insustentável quando é usado, como muitas vezes, para reivindicar auto evidência para ideias, meramente pelo fato de serem “experiência próxima” e porque o pensamento teórico e inferencial não são necessários para alcançá-los. A astronomia ptolomaica é muito mais “experiência próxima” do que a astronomia copernicana, e assim permanecerá para sempre, mas acabou sendo falsa. Ideias distantes da experiência podem abrir novas formas de pensar que revelam aspectos inesperados da realidade. A geometria euclidiana é “experiência próxima”, diferente da geometria reimanniana que não é, todavia permitiu a Einstein fornecer à física uma aproximação muito mais fidedigna do comportamento da matéria no espaço do que a primeira poderia.

Precisamos de ideias para perceber, tomar consciência, observar, compreender. O relato de um paciente sobre o que está acontecendo em sua vida pode ser uma “experiência muito próxima” para ele e para nós, mas pode ser uma aproximação pobre dos motivos que estão causando suas

dificuldades. A ideia de uma transferência erotizada pode alertar o analista para possibilidades motivacionais que muitas vezes são “experiências distantes” do paciente e são evidentes para o analista apenas a partir de inferências baseadas em indicações sutis e oblíquas ou em considerações teóricas. Fundar nosso pensamento sobre o conhecimento psicanalítico na clínica não exige que adotemos uma visão ingênua da experiência.

Houve um diálogo nessas conferências, às vezes explícito, mas mais frequentemente implícito, sobre uma epistemologia para a psicanálise. A partir desse diálogo, pode-se analisar os elementos básicos de duas epistemologias opostas, cada uma com sua própria coerência interna e relevância para os cinco temas das conferências. Essas epistemologias têm sido submetidas a muitas análises e debates filosóficos por séculos, assumindo diversas definições e justificativas detalhadas no pensamento de diferentes filósofos. Vou me referir a eles como idealismo crítico e realismo crítico.

A visão de alguém sobre a conceituação dos fatos clínicos tem uma relação lógica com a visão da natureza dos mesmos fatos. Voltando primeiro ao idealismo crítico, se sustentamos que os investimentos teóricos determinam o que pode ser considerado um fato, então os fatos clínicos são artefatos das teorias clínicas. Caso se acredite que, em psicanálise, as associações do paciente são invariavelmente o resultado de uma interação entre a contratransferência do analista e a transferência do paciente, então os fatos clínicos são artefatos dessa interação, que cria seu sentido. As interpretações são as contribuições do analista para a narrativa da vida do paciente emergindo do processo clínico. A validação de uma interpretação é alcançada quando se chega a um consenso entre analisando e analista. A fundamentação factual de um relato clínico consistirá nas descrições carregadas de teoria das situações consensuais que surgirão no processo. A descrição do fato clínico toma a forma de uma narrativa que conta a história de vida do paciente, do ponto de vista da interação ocorrida entre o analisando e o analista, no decorrer da análise. Pode haver várias narrativas psicanalíticas verdadeiras da vida de uma pessoa, entre as quais não há base factual ou teórica para uma escolha final.

Chamo essa posição epistemológica de idealismo crítico. Em filosofia, uma epistemologia é idealista se postula que o fundamento do conhecimento está localizado na mente. A epistemologia que acabei de esboçar postula que o significado dos fatos clínicos na psicanálise está fundamentado nas ideias teóricas às quais o analista adere, porque as observações clínicas são inevitavelmente saturadas de teoria. A psicanálise não tem acesso a fatos independentes da teoria contra os quais as interpretações vinculadas à teoria podem ser testadas. Epistemologicamente, a conceitualização precede a observação. Os analistas que propõem o idealismo como epistemologia para a psicanálise situam-se filosoficamente na tradição de Platão, Descartes, Kant, Hegel e, nos tempos modernos, Husserl, Merleau-Ponty, Sartre, Feyerabend e, posteriormente, Putnam.

Acrescentei o importante adjetivo “crítico” porque essa visão epistemológica da psicanálise se baseia, pelo menos em alguns autores, em um ceticismo sobre as pretensões da observação psicanalítica à objetividade. Esse ceticismo às vezes se baseia em proposições filosóficas bastante gerais sobre a natureza do conhecimento como tal, mas mais frequentemente se baseia na visão psicanalítica e técnica de que a contratransferência do analista é onipresente e influencia a observação de maneiras que não permitem correção. Em ambos os casos, podemos caracterizar ainda mais essa epistemologia como subjetivista.

Alternativamente, do ponto de vista do realismo crítico, podemos fazer a suposição epistemológica de que um fato clínico é uma realidade, um dado de experiência que existe independentemente de como o percebemos ou concebemos. Um fato clínico é intersubjetivo no sentido filosófico do termo, ou seja, é basicamente o mesmo para qualquer observador competente. (O uso filosófico do termo “intersubjetivo” é consistente com o uso na linguagem comum, senso comum e ciência. Em algumas teorizações psicanalíticas atuais, no entanto, o termo tem precisamente o significado oposto; os “intersubjetivistas” psicanalíticos negam que existam quaisquer fatos clínicos intersubjetivos. O intersubjetivismo psicanalítico é, portanto, uma forma de idealismo epistemológico). Quando se assume que existem

fatos clínicos intersubjetivos, a tarefa do conhecimento em psicanálise é cultivar métodos de percepção, pensamento e interpretação que os tornem adequados à realidade da vida de nossos pacientes, embora reconhecendo que esse objetivo pode ser muito difícil ou além de nossos meios de realizar em um determinado conjunto de circunstâncias. Estamos, por assim dizer, sob a obrigação epistemológica de “sair de nós mesmos” para formar identificações experimentais com nossos pacientes, nem como queremos ou pensamos que sejam, nem como eles querem que pensemos que sejam, mas, com o melhor de nossa capacidade, como eles são.

Para os realistas críticos, a conceituação deve ser guiada e baseada nos fatos clínicos. Enquanto a conceitualização pode preceder a observação psicológica, a observação tem prioridade epistemológica sobre a conceitualização. A observação é quem possibilita o caminho em direção à verdade.

As interpretações precisam aproximar o que realmente aconteceu e está se repetindo na vida do paciente. Estas precisam ter um impacto benéfico no funcionamento do paciente e também devem revelar: devem facilitar associações livres a partir das quais a história do paciente em sua realidade material e psíquica possa ser conhecida por meio de memórias recuperadas ou reconstruídas por inferência com razoável probabilidade.

Na visão do realista crítico, os sonhos, sintomas e associações do paciente têm vida própria, que é suficientemente independente do analista e de suas interpretações, de modo que as associações do paciente podem funcionar como um teste da exatidão de suas interpretações. De particular importância para a validação são as associações e mudanças na transferência que se seguem às interpretações. Por essas razões, as histórias de caso psicanalíticas têm, em princípio, os recursos metodológicos e epistemológicos para testar teorias, técnicas e explicações causais psicanalíticas.

Os psicanalistas que adotam uma epistemologia realista crítica situam-se na tradição de Aristóteles, Epicuro, Hobbes, Locke, Mill, Ryle, Feigl e Grünbaum na filosofia. É também a epistemologia das ciências naturais e de Freud. Para o realismo crítico, o fundamento do conhecimento

está no objeto e, por isso, pode-se dizer que ele é objetivista.

Tentei mostrar que o idealismo crítico e o realismo crítico são epistemologias coerentes em psicanálise, que têm poder explicativo equivalente na medida em que cada um fornece uma explicação consistente das cinco questões levantadas por essas conferências comemorativas. Essas epistemologias não são menos controversas na filosofia do que na psicanálise; consequentemente, não se pode resolver uma disputa na epistemologia da psicanálise apelando para a filosofia. A controvérsia entre idealismo e realismo na psicanálise, sem dúvida, continuará. O desafio para os psicanalistas é formular uma epistemologia genuinamente psicanalítica para a psicanálise e, ao fazê-lo, explorar o que a psicanálise pode contribuir para o esclarecimento da natureza do conhecimento humano e, portanto, para a questão socrática central da filosofia.

Na busca de respostas a essa pergunta, é importante evitar dicotomias e afinidades simplistas. Seria fácil, por exemplo, identificar a hermenêutica filosófica com o idealismo crítico e a ciência natural com o realismo crítico. Mas a distinção crucial entre ciências humanas interpretativas e ciências naturais, causalmente explicativas em Habermas, pode ser reconhecida dentro de uma epistemologia realista tanto quanto dentro de uma epistemologia idealista, embora o significado da distinção seja muito diferente em cada uma delas. Geralmente, seria fácil, embora errôneo, pensar no idealismo crítico como sendo mais adequado a um ponto de vista humanista em psicanálise, enquanto pensar no realismo crítico como vinculando a psicanálise, restritivamente, a uma perspectiva da ciência natural.

Empreguei o termo “realismo crítico”, em vez do mais comum “realismo científico”, para fazer justiça à crítica psicanalítica de uma experiência ingênua de si e dos outros, mas também para incluir o pensamento e a imaginação humanistas dentro do realismo, onde, na minha opinião, eles realmente pertencem. Além disso, devemos estar dispostos a considerar pelo menos a possibilidade de uma epistemologia para a psicanálise que integre subjetividade e objetividade. A diferenciação filosófica da epistemologia nessas duas escolas de pensamento produz desnecessariamente

uma dicotomia? Existe uma maneira de integrar as contribuições da subjetividade e da objetividade ao conhecimento psicanalítico? Talvez Nosek (1995) estivesse apontando nessa direção quando desenvolve o conceito de “realismo fantástico”, que podemos tomar como o equivalente na epistemologia do realismo mágico na arte.

Uma coisa é clara: essas questões epistemológicas não podem ser resolvidas pela afirmação fácil, feita por alguns colaboradores dessas discussões, de que vivemos em uma era pós-positivista. Essa afirmação é feita com o propósito de sustentar uma crítica idealista do realismo epistemológico (Spence, 1994; Ornstein & Ornstein, 1994; Sandler & Sandler, 1994). Etchegoyen (1994), Israel (1994) e Steiner (Britton & Steiner, 1994) estabelecem posições que se fundamentam no realismo crítico e, portanto, se opõem implicitamente à ideia de que a psicanálise deve se conformar com a tendência pós-positivista supostamente dominante no pensamento moderno.

Todavia, a ideia de uma “era pós-positivista” é ambígua e enganosa. Se o que se entende por pós-positivismo é que o grande sistema de Comte, a teoria da verificação do significado e a epistemologia do positivismo lógico (o Círculo de Viena), em particular a teoria dos dados dos sentidos (Ayer, 1953), são em grande parte de interesse histórico para os filósofos, então é verdade que a filosofia, pelo menos, está em uma era pós-positivista. No entanto, embora a teoria da verificação não seja uma teoria do significado adequada como tal (Hanly, 1970), ainda é considerada um critério útil para hipóteses científicas significativas, incluindo hipóteses psicanalíticas. É uma instância do positivismo na filosofia contemporânea. Além disso, o princípio fundamental de Comte, de Mill, do Círculo de Viena e de Freud de que não podemos esperar obter por outros meios o conhecimento que não conseguimos através da ciência e das humanidades, é mais amplamente aceito hoje por filósofos, escritores, e intelectuais do que era no final do século XIX.

Se o que se entende por uma “era pós-positivista” é que os romances de Turgenev, Balzac e George Eliot não são mais interessantes, que a

lógica de Mill não formula mais a lógica do raciocínio indutivo na ciência e no pensamento cotidiano, ou que as premissas epistemológicas e ontológicas da obra de Freud, que são compartilhadas pela ciência natural, já foram relegadas à história das ideias, a afirmação de que nossa era é pós-positivista será simplesmente falsa. Além disso, mesmo que se pudesse mostrar que o positivismo não desempenha nenhum papel na cultura contemporânea, não valida que a psicanálise deva desistir de sua busca por um conhecimento objetivo. Por várias décadas alguns países europeus estiveram em uma era pós-democrática, mas não se seguiria deste estado de coisas que os direitos e instituições democráticas não teriam contribuído para uma vida melhor para os cidadãos desses países. Mesmo que x seja assim, não significa que x deva ser assim ou que x deva ser desse modo. Generalizações fáceis e altamente duvidosas não substituem a análise e o argumento racionais.

A tese pós-positivista não é raramente apoiada pelo argumento de que a física quântica provou que o observador sempre influencia o observado e que, portanto, a mecânica quântica justifica a visão complacente de que a subjetividade do analista não pode ser subtraída das associações do paciente. Mas, para tornar o argumento sólido, é necessário demonstrar a base factual da analogia implícita entre as condições de observação de partículas subatômicas na física e as condições de observação na psicanálise clínica. As leis da mecânica quântica aplicam-se a partículas subatômicas cuja velocidade e posição só podem ser caracterizadas estatisticamente com exatidão inversa. Os físicos estão incertos sobre como interpretar esse fato ontologicamente. Alguns físicos supõem que o princípio da incerteza descreve a natureza inerente do comportamento de prótons e nêutrons; outros supõem que o fenômeno é consequência do fato de que, para observar a posição e a velocidade das partículas subatômicas, é necessário que elas interajam com a luz, e nenhum método pode ser inventado para observar essa interação na ausência das partículas reagindo. Não se pode admitir que qualquer uma dessas interpretações possa ser usada como premissa para uma correta compreensão das atividades cognitivas e observacionais

envolvidas na psicanálise clínica.

No entanto, com base nessa dúbia analogia, alguns analistas podem abandonar a epistemologia de Freud, que justificava sua busca pela objetividade, como uma adesão ingênua e antiquada a um ponto de vista newtoniano do século XIX. No entanto, eles não param para considerar que todos nós vivemos nossas vidas em uma realidade governada pelas leis da mecânica newtoniana (que naturalmente pode ser derivada matematicamente como um caso especial da teoria da relatividade), ou que todas as ciências que estudam fenômenos de maior magnitude que os átomos e menor que o sistema solar empregam, em sua maior parte, leis explicativas da mesma forma conceitual básica que a física, a química e a biologia do século XIX. Da indeterminação das partículas subatômicas não se pode derivar a incognoscibilidade da subjetividade e do comportamento humano no nível de nossa experiência, ou mesmo no nível dos processos neurológicos que sustentam sua existência.

Temos algo a aprender com Proust (1954) sobre como uma ideia, mesmo que seja de origem subjetiva, pode abrir nossos olhos para a realidade. Em *The Cities of the Plain*, Proust descreve uma cena de uma festa em que um homem se irrita cada vez mais com um certo esgotamento, uma leve ausência acordada na contemplação interior retraída de uma dama que antes ele conseguira encantar e fascinar com sua fala e com quem ele agora está tentando iniciar uma conversa. Ele está prestes a perguntar de maneira rude à mulher, qual é o problema com ela quando um amigo sussurra em seu ouvido: “A senhora está grávida”. De repente, ele é capaz de ver o que está olhando há algum tempo - o espessamento indicativo na cintura, revelado até mesmo por sua tentativa de escondê-lo com sua escolha do traje.

Proust passa a descrever a descoberta do Narrador da homossexualidade do Barão, M. de Charlus. O Narrador está ciente de uma perplexidade com as inconsistências e contradições na atitude do Barão para com ele, às vezes amigável e prestativo, muito além das exigências de cortesia ou bondade, apenas para se tornar repentinamente, categoricamente e arrogantemente desdenhoso sem motivo aparente. A conduta excessivamente

machista do Barão no Jockey Club e suas relações socialmente engajadas, mas distantes, com as mulheres, colocaram uma questão muda ao Narrador. Agora, por acaso, ele tem a oportunidade de observar, sem ser detectado, um encontro entre o Barão e Jupien. Pela primeira vez, ele é capaz de acalentar a ideia, e daí a pergunta “O Sr. de Charlus é homossexual?” Então, diante de seus olhos, ele vê se desenrolar uma dança sexual ritualizada, uma preliminar, na qual, mesmo com certa beleza, a questão do domínio e da submissão é resolvida entre o Barão e Jupien.

É essa ideia que permite ao Narrador ver o que, num golpe, remove as contradições do comportamento do Barão e torna inteligíveis seus motivos, caráter e conduta. Nesse sentido, o fundamento da capacidade de ver do Narrador é a ideia, fundamento que atribui um papel à subjetividade no conhecimento do outro. Mas a ideia não altera a realidade. Quer o Narrador veja a homossexualidade do Barão com desejo, com desgosto ou com indiferença, a observação descobre o desejo homossexual que o Barão deve esconder de seu mundo familiar e social, mas não o cria. Nesse sentido, o comportamento do Barão é inerente à sua vida e caráter, que são a base do conhecimento que a ideia nos possibilita adquirir. Talvez haja um caminho entre a subjetividade e a objetividade que também seja uma direção a seguir.

Somos lembrados da necessidade de uma base para o conhecimento que seja independente da subjetividade pela consideração de que, embora devamos depender de ideias para saber, elas podem obscurecer ou mesmo distorcer, além de iluminar e esclarecer. As ideias preconceituosas não parecem prejudiciais a quem as sustenta, e cegam seus adeptos às observações que poderiam corrigi-las. Os devotos não experimentam suas crenças acalentadas como desejos.

A subjetividade, mesmo da forma mais refinada, acabou não sendo um domicílio seguro para a verdade. Os critérios intelectuais subjetivos de Descartes, a respeito da clareza e distinção de ideias, não permitem mais a possibilidade de geometria não-euclidiana do que a derivação transcendental de Kant do espaço como uma forma pura de percepção. O

axioma euclidiano dos paralelos satisfaz os critérios de clareza e distinção ideacionais de Descartes, como sua negação reimanniana, e o axioma parece, ao senso comum, ingênuo ser uma condição para a percepção de objetos, como Kant afirmou ser. Mas o axioma dos paralelos de Euclides não é universal e necessariamente verdadeiro como as epistemologias cartesianas e kantianas implicam, nem se aplica ao comportamento de objetos em espaços maiores do que pequenas porções da superfície da Terra e seu ambiente atmosférico, não mais do que nossa percepção que o sol poente nos revela seu movimento. Einstein foi levado por essas considerações a criticar as epistemologias idealistas que, segundo ele, “tiveram um efeito prejudicial sobre o progresso do pensamento científico ao remover certos conceitos fundamentais do domínio do empirismo, onde estão sob nosso controle, para as alturas intangíveis do *a priori*” (1922, p. xvi). O que é ainda mais essencial do que ter ideias “sob nosso controle” é permitir que nossas ideias, especialmente aquelas que achamos mais luminosas e auto evidentes, sejam testadas pelos objetos a que se referem.

O subjetivismo na psicanálise tem o efeito de remover alguns de nossos conceitos “às alturas intangíveis do *a priori*”? A ideia de homossexualidade do Narrador, no exemplo que extraí de Proust, acima, parece, nesse contexto, ter uma fonte subjetiva, embora não seja de forma alguma *a priori* no sentido de Descartes ou Kant do termo. O Narrador é descrito por Proust como se comportando como um *voyeur* e um bisbilhoteiro; não há nada aqui do pensador ou observador imparcial e impessoal. No entanto, somos convencidos pelo Narrador quando diz: “Até então, porque não tinha entendido, não tinha visto” (p. 635). Saturada de subjetividade como a ideia pode estar em sua origem, por mais dissimulada, clandestina e com quaisquer fantasias que as acompanhassem, as observações do Sr. de Charlus foram feitas e o uso que o Narrador faz da ideia se abre e torna inteligível o que ele agora pode ver, por meio dela, no comportamento do Barão. A ideia é “resgatada” de sua subjetividade ao ser fundamentada e testada pelo objeto. Qualquer que seja a ideia de homossexualidade que o Narrador possa ter tido antes, agora ela é enriquecida e potencialmente

corrigida por uma massa de impressões específicas da homossexualidade do Barão, que a ideia tornou visível para ele.

Se o conhecimento objetivo está disponível nas circunstâncias e com os motivos de conhecer descritos por Proust através do Narrador, não é desnecessariamente modesto, ou mesmo derrotista, por parte de certos analistas insistir que o melhor que a psicanálise pode fazer é um retrato do paciente que é uma composição confusa do paciente e do analista. Essa confusão do observador com o observado não seria inconsistente com a capacidade elementar de diferenciação sujeito-objeto que todos devemos desenvolver para sobreviver? O subjetivismo na psicanálise pode não levar as ideias às alturas olímpicas do *a priori*, mas não protege as ideias teóricas de serem testadas? Não desencoraja, como Sísifo, os esforços incessantes do analista para ir além de si mesmo, para uma compreensão do paciente como ele é em si mesmo? O subjetivismo epistemológico, consequentemente, por meio de sua negação de qualquer acesso experiencial e inferencial à vida e experiência do outro, implicitamente permite ao analista reivindicar uma autoridade interpretativa adjudicativa não menos apodítica do que a unidade transcendental de apercepção de Kant, que ele acreditava impor (projetar) categorias de compreensão (causalidade e substância), as formas puras de experiência sensorial (espaço e tempo) sobre o mundo?

Quaisquer respostas afirmativas a essas perguntas devem levar em conta certos pontos fortes da epistemologia psicanalítica idealista. Primeiro, como pensamento heurístico, o subjetivismo ressalta e focaliza todas as dificuldades que se colocam como uma hidra de muitas cabeças no caminho de uma compreensão psicanalítica objetiva das pessoas e de suas histórias. Em segundo lugar, opõe-se à complacência de um objetivismo fácil que leva diretamente à autoconfiança estupidificante do dogmatismo e da ortodoxia na teoria e a uma imposição altamente subjetiva das próprias ideias do analista ao paciente em terapia. Em terceiro lugar, procura fazer justiça na medida em que as ideias psicanalíticas, mesmo que tenham uma fonte objetiva, devem fazer uma passagem pela subjetividade do analista para adquirir um uso clínico autêntico. Para entender que o outro é motivado

inconscientemente, é preciso estar em contato com a própria motivação inconsciente; para reconhecer e compreender a homossexualidade de outra pessoa, deve-se ser capaz de conhecer a própria homossexualidade como memória ou como fantasia e impulso. É encontrando suas raízes subjetivas que as ideias em psicanálise podem ser usadas objetivamente.

É na direção indicada por essa injunção socrática que encontraremos a convergência, senão a integração, de uma subjetividade e objetividade autênticas na epistemologia psicanalítica.

ON FACTS AND IDEAS IN PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT: Based on studies of philosophy, physics and, above all, psychoanalysis, the author brings his original contribution to a fundamental discussion on epistemology in psychoanalysis, punctuating ideas about critical idealism and critical realism, the objectivity of the observation of clinical facts versus the subjectivity of the analyst's presence in the observational field, the intersubjective space formed by transferential and countertransferential movements.

KEYWORDS: epistemology, critical idealism, critical realism, psychoanalysis.

SOBRE HECHOS E IDEAS EN PSICOANÁLISIS

RESUMEN: A partir de estudios de filosofía, física y, sobre todo, psicoanálisis, el autor aporta su aporte original a una discusión fundamental sobre la epistemología en psicoanálisis, puntualizando ideas sobre el idealismo crítico y el realismo crítico, la objetividad de la observación de hechos clínicos versus la subjetividad de la presencia del analista en el campo de observación, el espacio intersubjetivo formado por movimientos transferenciales y contratransferenciales.

PALABRAS CLAVE: epistemología, idealismo crítico, realismo crítico, psicoanálisis.

REFERÊNCIAS

- Ayer, A.J. (1953). *The Foundations of Empirical Knowledge*. London: Macmillan.
- Britton, R., & Steiner, J. (1994). Interpretation: Selected fact or overvalued idea? *International Journal of Psychoanalysis* 75:1069–1078.
- Einstein, A. (1922). *The Meaning of Relativity: Four Lectures Delivered at Princeton University, May, 1921* (Trans. P. Adams). London: Methuen.
- Etchegoyen, H. (1994). Validation in the clinical process. *International Journal of Psychoanalysis* 75:83–92.
- Hanly, C. (1970). On being and dreaming. In C. Hanly & M. Lazerowitz (Eds.), *Psychoanalysis and Philosophy* (pp. 155–187). New York: International Universities Press.
- Hanly, C. (1992). *The Problem of Truth in Applied Psychoanalysis*. New York: Guilford Press.
- Israel, P. (1994). On formulations to patients. *International Journal of Psychoanalysis*

75:1051–1068.

Nosek, L. (1995. In press.). *Theoretical Apprehension of Psychic Reality: Freudian Metapsychology*

Ornstein, A., & Ornstein, P. (1994). On the conceptualisation of clinical facts in psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis* 75:977–994.

Proust, M. (1954). *Remembrance of Things Past*, Vol. 4 (Trans. C.K. Moncrieff & T. Kilmartin). Harmondsworth: Penguin (1921).

Sandler, A.-M., & Sandler, J. (1994). Comments on the conceptualisation of clinical facts in psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis* 75:995–1010.

Spence, D. (1994). The special nature of psychoanalytic facts. *International Journal of Psychoanalysis* 75:915–926.

charlesmhanly@gmail.com